



ENTIDADE ADJUDICANTE – AGDA -ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, S.A.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL N.º 59_001_25_CPI_AS

SERVIÇOS DE COLHEITAS, TRANSPORTE E ANÁLISES DE ÁGUAS PARA CONSUMO HUMANO, ÁGUAS NATURAIS,
ÁGUAS RESIDUAIS E DETERMINAÇÃO DE PARÂMETROS IN SITU DO SISTEMA PÚBLICO DE PARCERIA
INTEGRADO DE ÁGUAS DO ALENTEJO (SPPIAA)

CADERNO DE ENCARGOS

JUNHO 2025

Índice

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
Cláusula 1.ª Objeto.....	5
Cláusula 2.ª Contrato.....	5
Cláusula 3.ª Prazo de vigência.....	6
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	7
Secção I Obrigações do Cocontratante.....	7
Cláusula 4.ª Obrigações do Cocontratante.....	7
Cláusula 5.ª Dever de sigilo.....	8
Cláusula 6.ª Tratamento de dados pessoais.....	9
Cláusula 7.ª Conservação de dados pessoais.....	9
Cláusula 8.ª Transferência de dados pessoais.....	11
Cláusula 9.ª Dever de cooperação.....	11
Secção II Obrigações da Entidade Adjudicante	12
Cláusula 10.ª Obrigações da Entidade Adjudicante.....	12
Cláusula 11.ª Direitos de Auditoria.....	12
CAPÍTULO III FATURAÇÃO E PAGAMENTO	14
Cláusula 12.ª Preço Contratual	14
Cláusula 13.ª Preço Base.....	14
Cláusula 14.ª Condições de pagamento.....	15
Cláusula 15.ª Faturação eletrónica.....	15
Cláusula 16.ª Atrasos nos pagamentos.....	17
Cláusula 17.ª Revisão de preços.....	17
Cláusula 18.ª Encargos Gerais.....	18
CAPÍTULO IV PENALIDADES CONTRATUAIS	19
Cláusula 19.ª Sanções contratuais.....	19
Cláusula 20.ª Força maior.....	20
Cláusula 21.ª Resolução por parte da Entidade Adjudicante.....	21
Cláusula 22.ª Resolução por parte do Cocontratante.....	22
CAPÍTULO V SEGUROS.....	23
Cláusula 23.ª Seguros e Encargos Sociais.....	23
Cláusula 24.ª Pessoal do Cocontratante	23
Cláusula 25.ª Ambiente, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho.....	24
CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS	27
Cláusula 26.ª Subcontratação e cessão da posição contratual	27
Cláusula 27.ª Deveres de informação.....	27

Cláusula 28. ^a Comunicações e notificações.....	27
Cláusula 29. ^a Acompanhamento e Controlo do Contrato.....	28
Cláusula 30. ^a Avaliação do Cocontratante.....	28
Cláusula 31. ^a Contagem dos prazos.....	29
Cláusula 32. ^a Foro competente.....	29
Cláusula 33. ^a Legislação aplicável.....	29

ANEXO I DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DOS TRABALHOS A EXECUTAR.....	30
LOTE 1 – COLHEITAS, TRANSPORTE E ANÁLISES EM PCQA.....	30
1.º Designação e objeto dos serviços a prestar.....	30
2.º Disposições por que se rege a aquisição de serviços.....	30
3.º Descrição das condições da aquisição de serviços	31
4.º Organização e gestão da informação	31
5.º Material de colheita de amostras	32
6.º Colheita de amostras	32
7.º Entrega e Receção de amostras.....	33
8.º Prazos de entrega dos resultados	33
9.º Apresentação dos resultados de análises	33
11.º Análises extra.....	34
12.º Alterações aos planos apresentados.....	35
13.º Planos de Monitorização.....	35
LOTE 2 – COLHEITAS, TRANSPORTE E ANÁLISE DE ÁGUAS NATURAIS	36
1.º Designação e objeto dos serviços a prestar.....	36
2.º Disposições por que se rege a aquisição de serviços.....	36
3.º Descrição das condições da aquisição de serviços	37
4.º Organização e gestão da informação	37
5.º Material de colheita de amostras	38
6.º Colheita de amostras	38
7.º Entrega e Receção de amostras.....	38
8.º Prazos de entrega dos resultados	39
9.º Apresentação dos resultados de análises	39
11.º Análises extra.....	40
12.º Alterações aos planos apresentados.....	40
13.º Planos de Monitorização.....	41
LOTE 3 – COLHEITAS, TRANSPORTE E ANÁLISES DE ÁGUAS RESIDUAIS	42
1.º Designação e objeto dos serviços a prestar.....	42
2.º Disposições por que se rege a aquisição de serviços.....	42
3.º Descrição das condições da aquisição de serviços	42
4.º Organização e gestão da informação	43
5.º Material de colheita de amostras	43
6.º Colheita de amostras	44
7.º Entrega e Receção de amostras.....	44

8.º Prazos de entrega dos resultados	44
9.º Apresentação dos resultados de análises	45
11.º Análises extra	46
12.º Alterações aos planos apresentados.....	46
13.º Planos de Monitorização.....	46
ANEXO II	47
LOCALIZAÇÃO EXECUÇÃO SERVIÇOS (LOTES)	47
ANEXO III.....	48
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO FORNECEDORES.....	48
ANEXO IV	51
ESPECIFICAÇÕES H2ONLINE.....	51

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente documento compreende as cláusulas que farão parte do contrato a celebrar relativas à aquisição de “Serviços de colheita, transporte e análises de águas para consumo humano, águas naturais, águas residuais e determinação de parâmetros in situ do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)”, com observância da descrição específica dos trabalhos a realizar, constantes do ANEXO I do Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. Na execução e interpretação do Contrato, observar-se-ão as respetivas cláusulas contratuais e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante, aplicando-se, a tudo o que for omissivo, o Código dos Contratos Públicos (CCP), o contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Para efeitos do número anterior, consideram-se integrados no Contrato os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os elementos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º

do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º deste Código.

Cláusula 3.ª

Prazo de vigência

1. O prazo previsto para a execução da aquisição de serviços, é de 1 (um) ano, com eventuais renovações por iguais períodos, até ao prazo máximo de 3 (três) anos, contar da última data de assinatura aposta no Contrato.
2. Qualquer das partes pode denunciar livremente o contrato antes do seu termo, em qualquer altura, desde que informe a outra parte por escrito, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência da data relativamente à qual se pretende a produção dos efeitos.
3. A não renovação ou denúncia do contrato não confere direito ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e nos presentes Caderno de Encargos, incluindo todas as tarefas que se tornem necessárias resultantes do objeto do contrato, constituem obrigações do Cocontratante as seguintes:

- a) Garantir a execução dos Trabalhos nos termos e nos prazos estabelecidos no **ANEXO I** do Caderno de Encargos;
- b) Disponibilizar os resultados analíticos, à Entidade Adjudicante, nos formatos indicados no **ANEXO I** do Caderno de Encargos;
- c) Realizar todos os Trabalhos enumerados na LPU (Anexo II do Programa de Procedimento) e propostas adjudicadas nos locais indicados no **ANEXO II**, nas condições de prazo e preço contratados, com as normas legais aplicáveis ao exercício da atividade, com as características técnicas, ambientais e os níveis de serviço e requisitos definidos nos presentes Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- d) Assegurar-se da exatidão dos elementos que fazem parte integrante do Caderno de Encargos e seus Anexos, bem como de quaisquer outros elementos complementares ou de alteração que forem fornecidos pela Entidade Adjudicante, mediante as comprovações e verificações que considerar pertinentes, com o objetivo de conseguir uma confirmação das condições de execução dos trabalhos a realizar, não podendo em caso algum invocar de informação não recolhida, nos termos do número anterior, para se eximir à boa e completa execução dos trabalhos;
- e) Disponibilizar o número suficiente de meios humanos com qualificação técnica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre os prestadores de serviços e os representantes da Entidade Adjudicante;
- f) Comunicar à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços ou o cumprimento de qualquer outra das obrigações contratuais estabelecidas;
- g) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante.

2. O Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. No que se refere aos trabalhadores afetos à presente prestação de serviços, o Cocontratante fica ainda obrigado às seguintes condições:
 - a) Os trabalhadores afetos ao contrato de aquisição de serviços prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme decorre do artigo 419º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451º, nº 2, ambos do CCP;
 - b) O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do nº 2 do artigo 140º do Código do Trabalho;
 - c) O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução contratual.

Cláusula 5.ª

Dever de sigilo

1. O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à AgdA ou outras empresas do Grupo Águas de Portugal (AdP), de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 6.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Contraente Pública, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Contraente Pública no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Contraente Pública, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Contraente Pública quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.

10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Contraente Pública de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Contraentes Pública, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de compliance do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 7.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Entidade Adjudicante.
2. Dependendo da opção da Entidade Adjudicante, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 8.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Entidade Adjudicante, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Entidade Adjudicante antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 9.^a

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Entidade Adjudicante, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Entidade Adjudicante;
- b) Quando a Entidade Adjudicante deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II
OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 10.^a
Obrigações da Entidade Adjudicante

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

- a) Nomear um responsável pela gestão do contrato, para efeitos de comunicações com o Cocontratante e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- b) Remeter a nota de encomenda;
- c) Comunicar, em tempo útil, ao Cocontratante, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato, como sejam alterações aos planos de monitorização;
- d) Aplicar sanções contratuais, caso se justifique.

Cláusula 11.^a
Direitos de Auditoria

1. A Entidade Adjudicante tem o direito de, em qualquer momento e em qualquer local objeto da prestação de serviços, auditar o modo de cumprimento das obrigações do Cocontratante.
2. Essa fiscalização será efetuada pela forma como a Entidade Adjudicante entenda mais adequada, através de colaboradores designados para o efeito e podendo, se necessário, recorrer a serviços de terceiros.
3. Sempre que seja verificado o incumprimento do contrato será elaborado o respetivo auto, sendo sempre chamado para o efeito o representante do Cocontratante. No caso de o Cocontratante não se fazer representar, o auto não deixará de produzir os devidos efeitos e será remetido, em tempo oportuno, ao Cocontratante.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Entidade Adjudicante reserva-se o direito de exigir do Cocontratante que proceda, de imediato, a alterações no todo ou em parte, daquilo que for executado incorretamente, que não esteja de acordo com as indicações contratuais ou com as boas práticas.
5. Se o Cocontratante não proceder de imediato às ações previstas no número anterior, a Entidade Adjudicante poderá contratar terceiros para a execução dos serviços, ficando o Cocontratante obrigado a reembolsar a Entidade Adjudicante pelas despesas e encargos incorridos, sem prejuízo de qualquer outro direito que assista à Entidade Adjudicante ao abrigo do respetivo contrato ou nos presentes Caderno de Encargos.

6. O Cocontratante fica obrigado a colaborar com a Entidade Adjudicante durante todo o período de fiscalização, fornecendo todos os elementos que lhe forem solicitados mais se obrigando a que os seus trabalhadores e/ou colaboradores prestem semelhante colaboração.
7. O exercício do direito de auditoria por parte da Entidade Adjudicante não diminui, de qualquer modo, a responsabilidade do Cocontratante, em caso de deficiência não detetada nesse âmbito.

CAPÍTULO III

FATURAÇÃO E PAGAMENTO

Cláusula 12.^a

Preço Contratual

- I. O valor contratual máximo do presente contrato será de €2.760.000,00 (dois milhões setecentos e sessenta mil euros), ao qual acresce o IVA, sendo o valor a pagar ao Cocontratante o que resultar da aplicação dos preços unitários constantes da proposta adjudicada às unidades efetivamente consumidas em cada período de faturação, cessando logo que este valor seja atingido, mesmo que o prazo máximo de vigência ainda não tenha sido alcançado.
2. As quantidades previstas no **ANEXO II** do Programa do Procedimento, são quantidades estimadas e não vinculam a Entidade Adjudicante, não obrigando a quaisquer quantidades regulares e ou mínimas diárias ou mensais, nem conferem direito a qualquer pagamento por prestação de serviços a menos ou a mais.

Cláusula 13.^a

Preço Base

- I. O preço base é de €2.760.000,00 (dois milhões setecentos e sessenta mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, repartido por Lotes da seguinte forma:
 - a) LOTE 1 – Colheitas, Transporte e Análises de PCQA/PCO - € 1.254.000,00, correspondendo o valor de € 418.000,00/ano;
 - b) LOTE 2 – Colheitas, transporte e análise de águas naturais – €710.400,00, correspondendo o valor de € 236.800,00/ano;
 - c) LOTE 3 – Colheitas, transporte e análises de águas residuais – €795.600,00, correspondendo o valor de €265.200,00 /ano.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente os relativos aos meios humanos e materiais, alimentação, transporte, armazenamento e manutenção, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela Entidade Adjudicante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. O valor das faturas mensais a apresentar pelo Cocontratante será o resultante do trabalho executado no âmbito do planeamento efetuado e aprovado pela Entidade Adjudicante, tendo por base os preços unitários indicados na proposta.
3. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá esta entidade comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Para efeitos dos números anteriores, a fatura será obrigatoriamente emitida com referência à nota de encomenda enviada pela Entidade Adjudicante ao Cocontratante.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 a 4, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 15.ª

Faturação eletrónica

1. As faturas emitidas pelo Cocontratante à AgdA devem incluir o número de nota de encomenda fornecido pela AgdA e conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve ser acompanhada da informação relativa aos serviços prestados durante o período de faturação.
3. Para efeitos do número anterior, o Cocontratante emitirá as respetivas faturas, as quais deverão ser enviadas à Entidade Adjudicante, até ao dia 3 de cada mês.
4. Exceto no caso de o Cocontratante ser uma micro, pequena ou média empresa, as faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.

5. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido ao Portal referido no número anterior deve efetuar os seguintes passos:
- a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>.
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab>.
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIUS.
6. Em caso de incumprimento dos termos da faturação resultante de facto não imputável à AgdA, não acrescem quaisquer juros de mora.
7. As faturas eletrónicas devem cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
8. No caso do Cocontratante ser uma micro, pequena ou média empresa a obrigação de emissão da faturação eletrónica produz efeitos após o decurso do período transitório a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 30 de agosto.

Cláusula 16.^a

Atrasos nos pagamentos

1. O atraso no pagamento das faturas no prazo referido na cláusula anterior dá direito ao Cocontratante a invocar o pagamento de juros de mora, nos termos da legislação aplicável.
2. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas na cláusula anterior não autoriza o Cocontratante a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do Contrato.
3. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

Cláusula 17.^a

Revisão de preços

1. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula:

$$C_t = 0,5 \frac{S_t}{S_0} + 0,3 \frac{M_t^{22}}{M_0^{22}} + 0,1 \frac{E_t}{E_0} + 0,1$$

em que:

C_t é o coeficiente de atualização a aplicar ao montante sujeito a revisão, obtido a partir de um somatório de parcelas com uma aproximação de seis casas decimais e arredondadas para mais quando o valor da sétima casa decimal seja igual ou superior a 5, mantendo-se o valor da sexta casa decimal no caso contrário;

S_t é o índice dos custos de mão-de-obra relativo ao período a que respeita a revisão;

S_0 é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas;

M_t^{22} é o índice dos custos de gasóleo, relativo ao período a que respeita a revisão;

M_0^{22} é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas;

E_t é o índice dos custos dos equipamentos de apoio, relativo ao período a que respeita a revisão;

E_0 é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas.

2. Será da responsabilidade do Cocontratante o cálculo justificativo da revisão de preços correspondente a cada prestação, o qual deverá ser submetido à aprovação da Entidade Adjudicante antes de ser emitida a respetiva fatura.
3. O Cocontratante apresentará uma fatura de revisão de preços provisória calculada com os últimos índices publicados, mas separada da fatura correspondente à situação mensal dos trabalhos realizados e destinada a dar cumprimento ao estipulado no artigo 393º do CCP. O cálculo definitivo da revisão de preços e os respetivos acertos de pagamento serão feitos progressivamente à medida que forem publicados os índices definitivos.

4. Os índices indicados serão publicados na II Série do Diário da República.
5. Só haverá lugar a revisão de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de revisão, for igual ou superior a 1% em relação à unidade.

Cláusula 18.^a

Encargos Gerais

1. Todas as despesas ou encargos em que o Cocontratante tenha de incorrer para o cumprimento de obrigações emergentes do Contrato são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à Entidade Adjudicante, a menos que outro regime decorra da lei ou do Contrato.
2. Constitui, nomeadamente, responsabilidade do Cocontratante o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do Contrato em Portugal.
3. O disposto no número anterior aplica-se ainda à obtenção de quaisquer autorizações, licenças e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impedem sobre o Cocontratante no âmbito do Contrato.

CAPÍTULO IV

PENALIDADES CONTRATUAIS

Cláusula 19.^a

Sanções contratuais

1. A avaliação da qualidade do serviço pode ser apurada por intermédio das auditorias que a Entidade Adjudicante possa fazer ao Cocontratante, podendo na sequência das mesmas ser aplicadas penalidades sobre o valor médio mensal do contrato.
2. A avaliação da qualidade do serviço é efetuada por atribuição de um nível de gravidade – ligeira, grave e muito grave – às irregularidades identificadas.
3. Serão consideradas pela Entidade Adjudicante como infrações ligeiras o não cumprimento das especificações definidas para a faturação.
4. Serão consideradas pela Entidade Adjudicante como infrações graves as seguintes:
 - a) Não entrega dos relatórios de colheita com os parâmetros realizados in situ e de resultados analíticos nos prazos estipulados;
 - b) Comportamento incorreto por parte do pessoal afeto à prestação de serviços;
 - c) Aplicação não conforme, por parte do pessoal do Cocontratante, dos procedimentos definidos para as funções que desempenham.
5. Serão consideradas pela Entidade Adjudicante como infrações muito graves as seguintes:
 - a) Não realização das colheitas e análises agendadas por motivos não justificáveis, sem aviso prévio;
 - b) Emissão de resultados de análises incorretos de forma recorrente;
 - c) Instabilidade do quadro de pessoal afeto ao contrato, comprometendo a normal prestação do serviço.
6. Decorrente dos números anteriores, poderão ser aplicadas penalidades contratuais, consoante seja a infração cometida pelo Cocontratante, nos seguintes termos:
 - a) Infrações ligeiras – penalidade de 0,5% sobre o valor médio mensal do contrato;
 - b) Infrações graves – penalidade de 2% sobre o valor médio mensal do contrato;
 - c) Infrações muito graves – penalidade de 4% sobre o valor médio mensal do contrato.

7. Se qualquer penalidade ou o seu conjunto atingir um valor superior a 20% (*vinete por cento*) do preço global do contrato, a Entidade Adjudicante reserva-se no direito de resolver o contrato.
8. O valor acumulado das penalidades não poderá exceder 20% (*vinete por cento*) do preço global da Aquisição de Serviços.
9. A liquidação das penalidades em que o Cocontratante incorra será efetuada por desconto no pagamento ou pagamentos imediatos à verificação do facto que tenha dado origem às penalidades.

Cláusula 20.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades, nem é considerado incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais, administrativas injuntivas e pandemias declaradas pela Organização Mundial da Saúde.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
6. Caso a impossibilidade de execução do Contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 2 (dois) meses no caso da Entidade Adjudicante, ou de 1 (um) mês no caso do Cocontratante, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na legislação aplicável.

Cláusula 21.^a

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
3. A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, designadamente no caso de atraso no cumprimento de qualquer obrigação emergente do contrato superior a 30 (*trinta*) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Entidade Adjudicante pode exigir-lhe uma sanção contratual até 20% do valor do contrato.
5. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 19.^a, relativamente às prestações cujo incumprimento tenha determinado a resolução do contrato.
6. O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante.

Cláusula 22.^a

Resolução por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V

SEGUROS

Cláusula 23.^a

Seguros e Encargos Sociais

1. São da responsabilidade do Cocontratante todos os encargos sociais e o pagamento dos prémios de seguros de acidentes de trabalho e de responsabilidade civil inerentes à execução do contrato, de acordo com as disposições legais aplicáveis
2. As condições estabelecidas no número anterior abrangem igualmente o pessoal dos subcontratados, bem como os eventuais consultores que venham a colaborar, mesmo que em tempo restrito, respondendo o Cocontratante pela observância de tais condições perante a Entidade Adjudicante.
3. O Cocontratante obriga-se ainda a assegurar os meios de transporte que sejam empregues na prestação de serviços, bem como todas as pessoas neles transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas com valor ilimitado de responsabilidade civil.
4. Os encargos referentes aos seguros impostos por estes Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Cocontratante.
5. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no ponto 1, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 2 (*dois*) dias.

Cláusula 24.^a

Pessoal do Cocontratante

1. O Cocontratante é o responsável pelas obrigações relativas ao seu pessoal afeto à execução do Trabalho, bem como pela sua aptidão profissional e disciplina, tendo por base a legislação nacional em vigor.
2. O Cocontratante é obrigado a manter a harmonia e a boa ordem nos locais de trabalho.

Cláusula 25.^a

Ambiente, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho

1. As atividades desenvolvidas nas instalações da Entidade Adjudicante, quer pelos colaboradores da Entidade Adjudicante, quer pelos prestadores de serviços, estão por vezes associadas a aspetos e impactes ambientais significativos e a riscos para a segurança de pessoas e bens. De forma a promover a realização de trabalhos com o menor número possível de danos nos equipamentos e instalações da Entidade Adjudicante, como de terceiros, e ocorrência de acidentes e incidentes, deverá assegurar-se que todos os colaboradores envolvidos desenvolvem as suas atividades tendo em consideração a Legislação aplicável, a Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Entidade Adjudicante, as Boas Práticas Ambientais e demais regras específicas relacionadas com as atividades da Entidade Adjudicante.
2. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente o cumprimento da Lei 102/2009 de 10 setembro, a Lei 7/2009 de 12 fevereiro, o DL 273/2003 de 29 de outubro o DL 50/2005 de 25 de fevereiro, e o Decreto n.º 41821/58 de 11 de agosto relativamente a todo o pessoal adstrito à presente Aquisição de Serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.
3. Serão da responsabilidade do Cocontratante todos os encargos decorrentes do ponto anterior, bem como a aquisição dos necessários equipamentos de proteção individual (EPI), respetivos consumíveis e sinalética de segurança móvel.
4. O Cocontratante é obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a saúde e a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe assistência médica de que careça por motivos de acidente de trabalho.
5. O Cocontratante obriga-se a registar e informar mensalmente a Entidade Adjudicante de todas as reclamações, acidentes de trabalho e ambientais ocorridos. No caso dos acidentes graves, quer sejam de trabalho ou ambientais, o Cocontratante deverá informar a Entidade Adjudicante num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
6. O Cocontratante obriga-se a elaborar inquéritos e análises pormenorizados sobre todos os acidentes ocorridos, responsáveis por danos humanos e/ou materiais.
7. O Cocontratante obriga-se a garantir a segurança e saúde dos trabalhadores, qualquer que seja o seu vínculo contratual, sendo o único responsável por todos os acidentes ou danos, quer pessoais quer materiais, causados pela sua atividade por ação dos seus agentes ou empresas subcontratadas, tanto ao pessoal como a terceiros e a outras empresas que trabalhem na mesma instalação, bem como à Entidade Adjudicante e seus representantes.

8. O Cocontratante obriga-se a efetuar e manter atualizada a Identificação de Perigos e Avaliação dos Riscos para a saúde e segurança das atividades decorrentes desta prestação de serviços. Esta avaliação poderá ser feita de acordo com a metodologia da Entidade Adjudicante ou com a metodologia do Cocontratante, caso a deste dê respostas aos requisitos da Entidade Adjudicante e após aprovação.
9. O Cocontratante é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal adstrito à presente Aquisição de Serviços, e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
10. Em caso de negligência do Cocontratante no cumprimento das obrigações estabelecidas nos presentes Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante poderá tomar, à custa do Cocontratante, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades deste último.
11. O Cocontratante apresentará, antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que a Entidade Adjudicante exija, apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal adstrito à presente Aquisição de Serviços.
12. Das apólices constará uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão do contrato e ainda que, em caso de impossibilidade de tal cumprir por denegação no decurso desse prazo, a sua validade só terminará 30 (trinta) dias úteis depois de ter sido feita à Entidade Adjudicante a respetiva comunicação.
13. O Cocontratante responderá plenamente perante o representante da Entidade Adjudicante, pela observância das condições estabelecidas nos presentes Caderno de Encargos relativamente a todo o pessoal adstrito à presente Aquisição de Serviços, incluindo o pessoal dos subCocontratantes.
14. O Cocontratante é responsável pela coordenação da atividade dos subCocontratantes, tendo em conta a natureza das atividades que cada um desenvolve, devendo ser efetuada uma cooperação adequada no sentido da proteção da segurança e saúde, atendendo ao disposto no n.º 4 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de novembro.
15. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, até 10 (dez) dias úteis antes de iniciada qualquer atividade relevante na Aquisição de Serviços, deverá o Cocontratante enviar à Entidade Adjudicante todos os elementos referentes à documentação exigível em matéria de segurança e saúde.
16. Os elementos referidos na presente cláusula deverão ser fornecidos em suporte de papel e em suporte informático compatível com o sistema de informação em uso pela Entidade Adjudicante, que este indicará por solicitação do Cocontratante.

17. O Cocontratante obriga-se a manter todo o seu pessoal devidamente uniformizado e identificado, com vestuário adequado. O Cocontratante deverá observar, por parte do seu pessoal, o uso obrigatório de todo o equipamento de higiene e segurança que seja necessário à Aquisição de Serviços, nomeadamente os equipamentos de proteção individual. Devendo ser utilizados a título indicativo e não exclusivo, os seguintes equipamentos ou acessórios de segurança ou proteção individual:

- Luvas de Proteção;
- Fato de macaco;
- Capacete;
- Fato de chuva completo;
- Calças de água;
- Galochas com biqueira e palmilha de aço;
- Calçado com biqueira e palmilha de aço;
- Óculos de proteção;
- Auriculares;
- Equipamento de deteção de gases;
- Máscaras e respetivos filtros de gases incluindo aparelhos de respiração autónoma;
- Cordas, arneses, capacetes, luzes frontais antideflagrantes e demais equipamento necessário para as descidas às câmaras de visita.

18. O Cocontratante deverá efetuar todas as ações necessárias à formação e informação do seu pessoal, relativamente à legislação em vigor, bem como zelar para que se apresente ao serviço devidamente munido do equipamento adequado, de modo que as intervenções sejam realizadas em condições de absoluta segurança, devendo também dar conhecimento das ações que empreende como essa finalidade, reservando-se a Entidade Adjudicante de as aprovar.

19. Para além das medidas de proteção e segurança específicas de cada tipo de trabalho a executar o Cocontratante, a seu encargo, deverá nomeadamente, informar todos os trabalhadores dos métodos de trabalho e dos riscos que podem ocorrer na execução dos serviços, assim como medidas de segurança a respeitar:

- a) Proteger os trabalhadores do ruído produzido nos locais de trabalho.
- b) Delimitar, por sinalização temporária, as intervenções e obstáculos na via pública, com recurso a sinais verticais, horizontais e luminosos, bem como a dispositivos complementares. Os sinais verticais e os dispositivos complementares devem ser de material retrorrefletor.
- c) A Entidade Adjudicante poderá exigir outras medidas de segurança para além das referidas.
- d) Se a Entidade Adjudicante considerar, em qualquer momento, que a segurança não está suficientemente garantida, poderá determinar que se adotem as providências convenientes e impor até que isso seja satisfeito, a interrupção dos trabalhos.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo Cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do artigo 318º e seguintes do código dos contratos públicos.

Cláusula 27.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 28.^a

Comunicações e notificações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Entidade Adjudicante e o Cocontratante, relativas ao contrato, devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 29.^a

Acompanhamento e Controlo do Contrato

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, a Entidade Adjudicante poderá requerer, ao Cocontratante, reuniões de acompanhamento à execução do contrato.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo Cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.
3. O Cocontratante obriga-se a dispor de um responsável pela execução do contrato.
4. Após a assinatura do contrato, o Cocontratante informará, por escrito, o nome do responsável, indicando a sua qualificação técnica e vínculo contratual.
5. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos serviços poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável.
6. O Cocontratante deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através da atribuição de um telemóvel, facultando o respetivo número à Entidade Adjudicante.
7. Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa com os meios indispensáveis para o estabelecimento de comunicação compatível entre a Entidade Adjudicante e o Cocontratante. É igualmente obrigatório dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico.

Cláusula 30.^a

Avaliação do Cocontratante

1. A presente aquisição de serviços será objeto de avaliação à qualidade do serviço prestado à Entidade Adjudicante, em fase de execução contratual.
2. Nos casos em que os contratos tenham duração superior a um ano esta avaliação será efetuada anualmente e no final da aquisição de serviços em causa;
3. Nos casos em que os contratos tenham duração igual ou inferior a um ano, esta avaliação será efetuada no final do mesmo;
4. Os critérios de avaliação e respetiva comunicação do resultado, encontram-se definidos no **ANEXO III** do Caderno de Encargos.

Cláusula 31.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos nos presentes Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 32.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 33.^a

Legislação aplicável

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

ANEXO I

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DOS TRABALHOS A EXECUTAR

LOTE I – COLHEITAS, TRANSPORTE E ANÁLISES EM PCQA

1.º

Designação e objeto dos serviços a prestar

O presente Anexo compreende os Artigos Especiais a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento limitado por prévia qualificação com publicidade internacional, que tem como objeto principal “*Serviços de colheita, transporte e análises de águas para consumo humano, águas naturais, águas residuais e determinação de parâmetros in situ do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)*”, a desenvolver no âmbito da Monitorização da Qualidade da Água definido pela Entidade Adjudicante – AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. (adiante, abreviadamente designada AgdA).

2.º

Disposições por que se rege a aquisição de serviços

- I. Na aquisição de serviços, objeto do contrato, observar-se-ão:
 - a) O estipulado no título contratual e em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos.
 - b) Os diplomas legais, normas, códigos e regulamentos em vigor, quer sejam de carácter técnico, fiscal ou laboral, nacionais ou comunitários, aplicáveis à presente aquisição de serviços.
 - c) O Caderno de Encargos no que se relacionar com atribuições ou condições de desenvolvimento de ações de fiscalização e de gestão de qualidade, bem como aspetos de segurança, saúde e ambiente.
2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do ponto I, consideram-se integrados no contrato o presente Caderno de Encargos, os documentos patenteados a concurso, a proposta do Cocontratante e todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste Caderno de Encargos.

3.º

Descrição das condições da aquisição de serviços

1. Compete ao Cocontratante executar, na matriz prevista, as colheitas e transporte, de amostras, determinações analíticas e a determinação dos parâmetros in situ.
2. O Cocontratante deve possuir os meios físicos, necessários à realização das colheitas, (viaturas, arcas frigoríficas, frascos de colheita, sondas, entre outros) e garantir as condições de colheita e transporte exigidos pela Entidade Adjudicante.
3. A colheita e o transporte de amostras até aos laboratórios deverão estar de acordo com as exigências regulamentares e normativas em vigor (ISO 5667 e ISO 19458). O transporte das amostras deverá ser refrigerado, com registo dos valores de temperatura e tempos de percurso, de forma a evidenciar que a temperatura de chegada ao laboratório é inferior à temperatura de colheita.
4. O (s) laboratório(s) responsável (eis) pela realização dos parâmetros incluídos no DL 69/2023, de 21 de agosto, deverá (ão) estar reconhecido(s) pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR) como apto (s) para todos esses parâmetros.
5. Os métodos de ensaio deverão cumprir com o estipulado na legislação em vigor para as Águas para Consumo Humano.
6. Sempre que subcontratar parâmetros, o Cocontratante deverá assegurar as condições de transporte das amostras, de acordo com as regras de acreditação e o definido nas normas ISO 5667 e ISO 19458 para colheita de amostras.
7. Para o referido nos pontos 6 e 7, deverão ser apresentados documentos justificativos que evidenciem que o Cocontratante preenche os requisitos indicados

4.º

Organização e gestão da informação

1. Compete ao Cocontratante organizar e gerir integralmente, todos os sistemas que considerar necessários para fornecer e realizar as tarefas solicitadas no âmbito da prestação de serviços.
2. O Cocontratante deverá dar especial atenção ao cumprimento de todos os requisitos da norma de acreditação de Laboratórios, pelo que deverá adotar os meios de organização adequados a esta exigência.

3. O Cocontratante deverá dar também especial atenção à comunicação de resultados de análises in situ de águas para consumo humano, conforme os prazos definidos pela ERSAR.

5.º

Material de colheita de amostras

1. O Cocontratante deverá garantir que a preparação do material das colheitas, incluindo a colocação de etiquetas nos frascos, para posterior determinação dos parâmetros, é executada sob sua responsabilidade em observância e no estrito cumprimento com o definido nas normas de amostragem ISO 5667 e ISO 19458 e respetivos métodos de ensaio.
2. O Cocontratante articulará diretamente com o(s) Laboratório(s) a entrega/receção de material para a realização das colheitas (frascos).
3. A Entidade Adjudicante enviará, sempre que se justifique, atualização à Planificação das Colheitas a realizar, com especificação dos parâmetros a considerar em cada colheita.

6.º

Colheita de amostras

1. A colheita e transporte das amostras deve:
 - a) Garantir o cumprimento da planificação entregue pela Entidade Adjudicante;
 - b) Garantir o cumprimento de temperaturas de transporte das amostras;
 - c) Minimizar os riscos associados à atividade, salvaguardando as condições de segurança dos trabalhadores, das infraestruturas e de todas as partes interessadas;
 - d) Minimizar os impactes ambientais decorrentes da atividade, garantindo a gestão dos resíduos decorrentes da mesma, nos termos da legislação em vigor
2. Sempre que não seja possível a realização de uma colheita, devido a erros ou acidentes cuja responsabilidade seja imputável ao Cocontratante, deve garantir a repetição da colheita, na íntegra, sem encargos para a Entidade Adjudicante. O mesmo se aplica a falhas na verificação dos Planos, por parte do Cocontratante.

7.º

Entrega e Receção de amostras

1. No ato de entrega das amostras, o Cocontratante deverá verificar o cumprimento do plano de amostragem, entregue pela Entidade Adjudicante. Caso não o faça, e o previsto não seja cumprido na íntegra, poderá ser solicitada uma repetição das análises, sem encargos para a Entidade Adjudicante.
2. O Cocontratante deverá, em casos excecionais, ter a capacidade de efetuar colheitas e analisar amostras fora do horário normal de trabalho, incluindo feriados e fins-de-semana, sempre que solicitado.

8.º

Prazos de entrega dos resultados

1. O Cocontratante deverá entregar os resultados das análises aos parâmetros in situ das Águas para Consumo Humano (PCQA e PCO) nos prazos máximos definido nas Recomendações ERSAR. No caso de se verificar violação aos VP a mesma deve ser comunicada de imediato (<24horas) após a emissão do resultado.
2. Os relatórios de colheita deverão ser entregues à Entidade Adjudicante, no máximo, até ao 5º dia útil após a colheita.
3. Sem prejuízo dos prazos indicados nas alíneas anteriores, referentes aos prazos de entrega dos resultados, sempre que existam análises cujo resultado seja crítico/urgente, as mesmas serão realizadas no tempo mínimo de análise, cumprindo o estipulado nos respetivos métodos de análise.
4. No caso de se verificar uma violação aos Valores e ser necessária uma análise de verificação ao incumprimento, os tempos de entrega de resultados deverão ser inferiores aos descritos na alínea anterior (estes prazos também devem ser indicados na proposta).
5. No que concerne aos resultados das análises aos parâmetros in situ das Águas para Consumo Humano, o Cocontratante avisará, de imediato (< 24horas), a Entidade Adjudicante, através de correio eletrónico, sempre que detete algum valor que ultrapasse os Valores Legais estabelecidos no DL 69/2023, de 21 de agosto.

9.º

Apresentação dos resultados de análises

1. Os parâmetros objeto de análise terão de ser realizados de acordo com a legislação em vigor e os resultados apresentados nas unidades especificadas na legislação, com o respetivo enquadramento relativamente aos valores paramétricos/de referência estabelecidos.

2. No relatório de colheita deverá constar o máximo de informação possível relativa à amostragem efetuada, incluindo hora de recolha e entrega no laboratório, constrangimentos de amostragem, temperatura das amostras (na recolha e entrega das amostras), aspeto visual da amostra, dados de campo medidos in situ, outra informação relevante.
3. Os resultados das análises deverão ser disponibilizados, por parâmetro, de forma individual, logo após a validação dos mesmos e nos seguintes formatos: H2ONLINE – especificações para comunicação de resultados, cfr. **ANEXO IV**
4. Deverá existir a possibilidade de envio de boletins provisórios, com os resultados parciais de uma amostra, sempre que solicitado.
5. O Cocontratante deverá verificar a coerência dos resultados a enviar, procedendo a eventuais repetições de análises, e correção de resultados, sempre que tal seja necessário, sem encargos adicionais para a Entidade Adjudicante

10.º

Repetição das análises

1. Sempre que não seja possível a realização de uma colheita e/ou análise de um parâmetro, ou grupo de parâmetros, devido a erros ou acidentes, cuja responsabilidade seja imputável ao Cocontratante, as colheitas e análises deverão ser repetidas, sem encargos adicionais para a Entidade Adjudicante. O mesmo se aplica a falhas na verificação das requisições, por parte do Cocontratante.
2. No caso de parâmetros pertencentes a um Controlo de Inspeção do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) de águas para consumo humano, a não realização de uma colheita e/ou análise a um parâmetro, por razões imputáveis ao Cocontratante, implicará a repetição da colheita e de todas as análises aos parâmetros desse grupo, ou seja, Rotina 1 + Rotina 2 + Controlo de Inspeção, sem encargos adicionais para a Entidade Adjudicante.

11.º

Análises extra

O Cocontratante compromete-se a garantir o mesmo preço unitário por parâmetro nas colheita e análises extra que venham a ser solicitadas pela Entidade Adjudicante, podendo tratar-se de análises de verificação de incumprimentos, controlo operacional ou novos pontos de colheita.

12.º

Alterações aos planos apresentados

1. Na sequência de alterações da legislação, atualmente em vigor, orientações da Entidade Reguladora (ERSAR), Entidade licenciadora (APA/ARH), da Autoridade de Saúde ou da Entidade Adjudicante, poderá ser alterada a lista de parâmetros ou os planos de monitorização, inicialmente, fornecidos ao Cocontratante pela Entidade Adjudicante.
2. Qualquer alteração descrita no ponto anterior, deverá ser comunicado ao Cocontratante, sempre que possível, com uma antecedência de 24 horas.
3. A faturação será efetuada tendo em conta os custos unitários apresentados por parâmetro e matriz e determinações efetivamente realizadas em cada mês.

13.º

Planos de Monitorização

No âmbito do presente Caderno de Encargos, serão consideradas os seguintes planos de monitorização, fornecidos em formato Excel:

- a) Programa de Controlo de Qualidade da Água de Consumo Humano 2025 e Programa de Controlo Operacional– ANEXO A_PLANO CONTROLO ÁGUA_LOTE I;

I.º

Designação e objeto dos serviços a prestar

O presente Anexo compreende os Artigos Especiais a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento limitado por prévia qualificação com publicidade internacional, que tem como objeto principal “*Serviços de colheita, transporte e análises de águas para consumo humano, águas naturais, águas residuais e determinação de parâmetros in situ do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)*”, a desenvolver no âmbito da Monitorização da Qualidade da Água definido pela Entidade Adjudicante – AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. (adiante, abreviadamente designada AgdA).

2.º

Disposições por que se rege a aquisição de serviços

3. Na aquisição de serviços, objeto do contrato, observar-se-ão:
 - d) O estipulado no título contratual e em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos.
 - e) Os diplomas legais, normas, códigos e regulamentos em vigor, quer sejam de carácter técnico, fiscal ou laboral, nacionais ou comunitários, aplicáveis à presente aquisição de serviços.
 - f) O Caderno de Encargos no que se relacionar com atribuições ou condições de desenvolvimento de ações de fiscalização e de gestão de qualidade, bem como aspetos de segurança, saúde e ambiente.
4. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do ponto I, consideram-se integrados no contrato o presente Caderno de Encargos, os documentos patenteados a concurso, a proposta do Cocontratante e todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste Caderno de Encargos.

3.º

Descrição das condições da aquisição de serviços

1. Compete ao Cocontratante executar, na matriz prevista, as colheitas e transporte, de amostras, determinações analíticas e a determinação dos parâmetros in situ.
2. Para realização da colheita de amostras de Águas Naturais o Cocontratante deve cumprir as recomendações da Diretiva Quadro da Água, nomeadamente “Manual para a avaliação da qualidade biológica da água em lagos e albufeiras segundo a Diretiva-Quadro da Água – Protocolo de amostragem e análise para o Fitoplâncton” e “Manual para avaliação biológica da qualidade da água em sistemas fluviais segundo a Diretiva – Quadro da Água – Protocolo de amostragem e análise para a Fitobentos – Diatomáceas”.
3. O Cocontratante deve possuir os meios físicos, necessários à realização das colheitas, (viaturas, arcas frigoríficas, frascos de colheita, sondas, embarcação, entre outros) e garantir as condições de colheita e transporte exigidos pela Entidade Adjudicante.
4. A colheita e o transporte de amostras até aos laboratórios deverão estar de acordo com as exigências regulamentares e normativas em vigor (ISO 5667 e ISO 19458). O transporte das amostras deverá ser refrigerado, com registo dos valores de temperatura e tempos de percurso, de forma a evidenciar que a temperatura de chegada ao laboratório é inferior à temperatura de colheita.

4.º

Organização e gestão da informação

1. Compete ao Cocontratante organizar e gerir integralmente, todos os sistemas que considerar necessários para fornecer e realizar as tarefas solicitadas no âmbito da prestação de serviços.
2. O Cocontratante deverá dar especial atenção ao cumprimento de todos os requisitos da norma de acreditação de Laboratórios, pelo que deverá adotar os meios de organização adequados a esta exigência.
3. O Cocontratante deverá dar também especial atenção à comunicação de resultados de análises in situ de águas para consumo humano, conforme os prazos definidos pela Entidade licenciadora.

5.º

Material de colheita de amostras

- I. O Cocontratante deverá garantir que a preparação do material das colheitas, incluindo a colocação de etiquetas nos frascos, para posterior determinação dos parâmetros, é executada sob sua responsabilidade em observância e no estrito cumprimento com o definido nas normas de amostragem ISO 5667 e ISO 19458 e respetivos métodos de ensaio.
2. O Cocontratante articulará diretamente com o(s) Laboratório(s) a entrega/receção de material para a realização das colheitas (frascos).
3. A Entidade Adjudicante enviará, sempre que se justifique, atualização à Planificação das Colheitas a realizar, com especificação dos parâmetros a considerar em cada colheita.

6.º

Colheita de amostras

- I. A colheita e transporte das amostras deve:
 - a) Garantir o cumprimento da planificação entregue pela Entidade Adjudicante;
 - b) Garantir o cumprimento de temperaturas de transporte das amostras;
 - c) Minimizar os riscos associados à atividade, salvaguardando as condições de segurança dos trabalhadores, das infraestruturas e de todas as partes interessadas;
 - d) Minimizar os impactes ambientais decorrentes da atividade, garantindo a gestão dos resíduos decorrentes da mesma, nos termos da legislação em vigor
2. Sempre que não seja possível a realização de uma colheita, devido a erros ou acidentes cuja responsabilidade seja imputável ao Cocontratante, deve garantir a repetição da colheita, na íntegra, sem encargos para a Entidade Adjudicante. O mesmo se aplica a falhas na verificação dos Planos, por parte do Cocontratante.

7.º

Entrega e Receção de amostras

- I. No ato de entrega das amostras, o Cocontratante deverá verificar o cumprimento do plano de amostragem, entregue pela Entidade Adjudicante. Caso não o faça, e o previsto não seja cumprido na íntegra, poderá ser solicitada uma repetição das análises, sem encargos para a Entidade Adjudicante.

2. O Cocontratante deverá, em casos excecionais, ter a capacidade de efetuar colheitas e analisar amostras fora do horário normal de trabalho, incluindo feriados e fins-de-semana, sempre que solicitado.

8.º

Prazos de entrega dos resultados

1. O Cocontratante deverá entregar os resultados das análises aos parâmetros in situ das Águas para Naturais (subterrâneas e superficiais) nos prazos máximos definido nas disposições regulamentares emendas pela Entidade licenciadora.
2. Os relatórios de colheita deverão ser entregues à Entidade Adjudicante, no máximo, até ao 5º dia útil após a colheita.
3. Sem prejuízo dos prazos indicados nas alíneas anteriores, referentes aos prazos de entrega dos resultados, sempre que existam análises cujo resultado seja crítico/urgente, as mesmas serão realizadas no tempo mínimo de análise, cumprindo o estipulado nos respetivos métodos de análise.
4. No caso de se verificar uma violação aos Valores e ser necessária uma análise de verificação ao incumprimento, os tempos de entrega de resultados deverão ser inferiores aos descritos na alínea anterior (estes prazos também devem ser indicados na proposta).

9.º

Apresentação dos resultados de análises

1. Os parâmetros objeto de análise terão de ser realizados de acordo com a legislação em vigor e os resultados apresentados nas unidades especificadas na legislação, com o respetivo enquadramento relativamente aos valores paramétricos/de referência estabelecidos.
2. No relatório de colheita deverá constar o máximo de informação possível relativa à amostragem efetuada, incluindo hora de recolha e entrega no laboratório, constrangimentos de amostragem, temperatura das amostras (na recolha e entrega das amostras), aspeto visual da amostra, dados de campo medidos in situ, outra informação relevante.
3. Os resultados das análises deverão ser disponibilizados, por parâmetro, de forma individual, logo após a validação dos mesmos e nos seguintes formatos: H2ONLINE – especificações para comunicação de resultados, cfr. **ANEXO IV**
4. Deverá existir a possibilidade de envio de boletins provisórios, com os resultados parciais de uma amostra, sempre que solicitado.

5. O Cocontratante deverá verificar a coerência dos resultados a enviar, procedendo a eventuais repetições de análises, e correção de resultados, sempre que tal seja necessário, sem encargos adicionais para a Entidade Adjudicante

10.º

Repetição das análises

Sempre que não seja possível a realização de uma colheita e/ou análise de um parâmetro, ou grupo de parâmetros, devido a erros ou acidentes, cuja responsabilidade seja imputável ao Cocontratante, as colheitas e análises deverão ser repetidas, sem encargos adicionais para a Entidade Adjudicante. O mesmo se aplica a falhas na verificação das requisições, por parte do Cocontratante.

11.º

Análises extra

O Cocontratante compromete-se a garantir o mesmo preço unitário por parâmetro nas colheita e análises extra que venham a ser solicitadas pela Entidade Adjudicante, podendo tratar-se de análises de verificação de incumprimentos, controlo operacional ou novos pontos de colheita.

12.º

Alterações aos planos apresentados

1. Na sequência de alterações da legislação, atualmente em vigor, orientação da Entidade licenciadora (APA/ARH), da Autoridade de Saúde ou da Entidade Adjudicante, poderá ser alterada a lista de parâmetros ou os planos de monitorização, inicialmente fornecidos ao Cocontratante pela Entidade Adjudicante.
2. Decorrente da implementação do Plano de Regularização de Captações (PRC) em vigor o plano de monitorização será atualizado à medida que as captações integrem o referido plano. **ANEXO II.**
3. Qualquer alteração descrita na alínea a) do presente ponto deverá ser comunicado ao Cocontratante, sempre que possível, com uma antecedência de 24 horas.
4. A faturação será efetuada tendo em conta os custos unitários apresentados por parâmetro e matriz e determinações efetivamente realizadas em cada mês.

13.º

Planos de Monitorização

No âmbito do presente Caderno de Encargos, serão consideradas os seguintes planos de monitorização, fornecidos em formato Excel:

- a) ANEXO B - Plano CC_TURH_LOTE 2;

1.º

Designação e objeto dos serviços a prestar

O presente Anexo compreende os Artigos Especiais a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento limitado por prévia qualificação com publicidade internacional, que tem como objeto principal “*Serviços de colheita, transporte e análises de águas para consumo humano, águas naturais, águas residuais e determinação de parâmetros in situ do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)*”, a desenvolver no âmbito da Monitorização da Qualidade da Água definido pela Entidade Adjudicante – AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. (adiante, abreviadamente designada AgdA).

2.º

Disposições por que se rege a aquisição de serviços

- I. Na aquisição de serviços, objeto do contrato, observar-se-ão:
 - g) O estipulado no título contratual e em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos.
 - h) Os diplomas legais, normas, códigos e regulamentos em vigor, quer sejam de carácter técnico, fiscal ou laboral, nacionais ou comunitários, aplicáveis à presente aquisição de serviços.
 - i) O Caderno de Encargos no que se relacionar com atribuições ou condições de desenvolvimento de ações de fiscalização e de gestão de qualidade, bem como aspetos de segurança, saúde e ambiente.
2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do ponto I, consideram-se integrados no contrato o presente Caderno de Encargos, os documentos patenteados a concurso, a proposta do Cocontratante e todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste Caderno de Encargos.

3.º

Descrição das condições da aquisição de serviços

- I. Compete ao Cocontratante executar, na matriz prevista, as colheitas e transporte, de amostras, determinações analíticas e a determinação dos parâmetros in situ.
2. O Cocontratante deve possuir os meios físicos, necessários à realização das colheitas, (viaturas, arcas frigoríficas, frascos de colheita, sondas, amostradores, entre outros) e garantir as condições de colheita e transporte exigidos pela Entidade Adjudicante.

3. A colheita e o transporte de amostras até aos laboratórios deverão estar de acordo com as exigências regulamentares e normativas em vigor (ISO 5667 e ISO 19458). O transporte das amostras deverá ser refrigerado, com registo dos valores de temperatura e tempos de percurso, de forma a evidenciar que a temperatura de chegada ao laboratório é inferior à temperatura de colheita.
4. Sempre que subcontratar parâmetros, o Cocontratante deverá assegurar as condições de transporte das amostras, de acordo com as regras de acreditação e o definido nas normas ISO 5667 e ISO 19458 para colheita de amostras.

4.º

Organização e gestão da informação

1. Compete ao Cocontratante organizar e gerir integralmente, todos os sistemas que considerar necessários para fornecer e realizar as tarefas solicitadas no âmbito da prestação de serviços.
2. O Cocontratante deverá dar especial atenção ao cumprimento de todos os requisitos da norma de acreditação de Laboratórios, pelo que deverá adotar os meios de organização adequados a esta exigência.

5.º

Material de colheita de amostras

1. O Cocontratante deverá garantir que a preparação do material das colheitas, incluindo a colocação de etiquetas nos frascos, para posterior determinação dos parâmetros, é executada sob sua responsabilidade em observância e no estrito cumprimento com o definido nas normas de amostragem ISO 5667 e ISO 19458 e respetivos métodos de ensaio.
2. O Cocontratante articulará diretamente com o(s) Laboratório(s) a entrega/receção de material para a realização das colheitas (frascos).
3. A Entidade Adjudicante enviará, sempre que se justifique, atualização à Planificação das Colheitas a realizar, com especificação dos parâmetros a considerar em cada colheita.

6.º

Colheita de amostras

- I. A colheita e transporte das amostras deve:
 - a) Garantir o cumprimento da planificação entregue pela Entidade Adjudicante;
 - b) Garantir o cumprimento de temperaturas de transporte das amostras;
 - c) Minimizar os riscos associados à atividade, salvaguardando as condições de segurança dos trabalhadores, das infraestruturas e de todas as partes interessadas;
 - d) Minimizar os impactes ambientais decorrentes da atividade, garantindo a gestão dos resíduos decorrentes da mesma, nos termos da legislação em vigor
2. Sempre que não seja possível a realização de uma colheita, devido a erros ou acidentes cuja responsabilidade seja imputável ao Cocontratante, deve garantir a repetição da colheita, na íntegra, sem encargos para a Entidade Adjudicante. O mesmo se aplica a falhas na verificação dos Planos, por parte do Cocontratante.

7.º

Entrega e Receção de amostras

1. No ato de entrega das amostras, o Cocontratante deverá verificar o cumprimento do plano de amostragem, entregue pela Entidade Adjudicante. Caso não o faça, e o previsto não seja cumprido na íntegra, poderá ser solicitada uma repetição das análises, sem encargos para a Entidade Adjudicante.
2. O Cocontratante deverá, em casos excecionais, ter a capacidade de efetuar colheitas e analisar amostras fora do horário normal de trabalho, incluindo feriados e fins-de-semana, sempre que solicitado.

8.º

Prazos de entrega dos resultados

1. Os relatórios de colheita deverão ser entregues à Entidade Adjudicante, no máximo, até ao 5º dia útil após a colheita, incluindo os resultados das análises aos parâmetros in situ;
2. Os resultados dos parâmetros relativos a Águas Residuais, o Cocontratante deverá entregar até ao final do 10º dia, do mês seguinte ao que as amostras se referem. No caso de se verificar violação aos VLE a mesma deve ser comunicada de imediato (<24horas) após a emissão do resultado.

3. Sem prejuízo dos prazos indicados nas alíneas anteriores, referentes aos prazos de entrega dos resultados, sempre que existam análises cujo resultado seja crítico/urgente, as mesmas serão realizadas no tempo mínimo de análise, cumprindo o estipulado nos respetivos métodos de análise.
4. No caso de se verificar uma violação aos VLE e ser necessária uma análise de verificação ao incumprimento, os tempos de entrega de resultados deverão ser inferiores aos descritos na alínea anterior (estes prazos também devem ser indicados na proposta).

9.º

Apresentação dos resultados de análises

1. Os parâmetros objeto de análise terão de ser realizados de acordo com a legislação em vigor e os resultados apresentados nas unidades especificadas na legislação, com o respetivo enquadramento relativamente aos valores paramétricos/de referência estabelecidos.
2. No relatório de colheita deverá constar o máximo de informação possível relativa à amostragem efetuada, incluindo hora de recolha e entrega no laboratório, constrangimentos de amostragem, temperatura das amostras (na recolha e entrega das amostras), aspeto visual da amostra, dados de campo medidos in situ, outra informação relevante.
3. Os resultados das análises deverão ser disponibilizados, por parâmetro, de forma individual, logo após a validação dos mesmos e nos seguintes formatos: H2ONLINE – especificações para comunicação de resultados, cfr. **ANEXO IV**.
4. Deverá existir a possibilidade de envio de boletins provisórios, com os resultados parciais de uma amostra, sempre que solicitado.
5. O Cocontratante deverá verificar a coerência dos resultados a enviar, procedendo a eventuais repetições de análises, e correção de resultados, sempre que tal seja necessário, sem encargos adicionais para a Entidade Adjudicante

10.º

Repetição das análises

Sempre que não seja possível a realização de uma colheita e/ou análise de um parâmetro, ou grupo de parâmetros, devido a erros ou acidentes, cuja responsabilidade seja imputável ao Cocontratante, as colheitas e análises deverão ser repetidas, sem encargos adicionais para a Entidade Adjudicante. O mesmo se aplica a falhas na verificação das requisições, por parte do Cocontratante.

11.º

Análises extra

O Cocontratante compromete-se a garantir o mesmo preço unitário por parâmetro nas colheita e análises extra que venham a ser solicitadas pela Entidade Adjudicante, podendo tratar-se de análises de verificação de incumprimentos, controlo operacional ou novos pontos de colheita.

12.º

Alterações aos planos apresentados

1. Na sequência de alterações da legislação, atualmente em vigor, orientação da Entidade licenciadora (APA/ARH), da Autoridade de Saúde ou da Entidade Adjudicante, poderá ser alterada a lista de parâmetros ou os planos de monitorização, inicialmente fornecidos ao Cocontratante pela Entidade Adjudicante.
2. Qualquer alteração descrita no ponto, deverá ser comunicado ao Cocontratante, sempre que possível, com uma antecedência de 24 horas.
3. A faturação será efetuada tendo em conta os custos unitários apresentados por parâmetro e matriz e determinações efetivamente realizadas em cada mês.

13.º

Planos de Monitorização

No âmbito do presente Caderno de Encargos, serão consideradas os seguintes planos de monitorização, fornecidos em formato Excel:

- a) ANEXO C_Plano AR_LOTE 3.

ANEXO II

LOCALIZAÇÃO EXECUÇÃO SERVIÇOS (LOTES)

(FICHEIRO DISPONIBILIZADO EM FORMATO EXCEL)

ANEXO III

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO FORNECEDORES

I. OBJETIVO

O presente documento dá a conhecer a todos os prestadores de serviços, fornecedores de bens e empreiteiros quais os critérios utilizados na avaliação de Fornecedores, em virtude da sua influência na qualidade do serviço prestado à AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.

2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios para avaliação de desempenho dos Fornecedores encontram-se descritos abaixo:

- Reclamações Graves
- Cumprimento dos Prazos de Entrega/Final Empreitada
- Cumprimento dos Requisitos Contratualizados
- Avaliação Qualitativa
- Situações Excecionais (Mérito)

2.1. O sistema de avaliação implementado nesta fase tem por finalidade quantificar os principais critérios estabelecidos pela AgdA na avaliação dos seus Fornecedores, permitindo compará-los.

3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

3.1. Após a avaliação e de acordo com o resultado alcançado é atribuída uma classificação e definidas ações de acordo com as tabelas seguintes:

Tabela I – Resultados e consequências da avaliação

Bens e Serviços

Nível de Avaliação de Desempenho	Tipo Cocontratante	Modo de Atuação
= 100%	A – Muito Bom	O Cocontratante é notificado pela sua excelência e não é exigido qualquer plano de Ação ao Cocontratante.
>= 82% e < 100%	B – Satisfaz	Não é exigido qualquer plano de Ação ao Cocontratante.
>= 66% e < 82%	C – Sob observação	O Cocontratante deverá apresentar um plano de melhoria que evidencie a correção das falhas identificadas na prestação do serviço/bem.
<= 66%	D – Não Satisfaz	É suspensa a consulta/convite para propostas de aquisição de bens ou serviços, por um período de um ano. O Cocontratante deverá apresentar um plano de melhoria que evidencie a correção das falhas identificadas na prestação do serviço/bem.

Empreitadas

Nível de Avaliação de Desempenho	Tipo Cocontratante	Modo de Atuação
= 100%	A –Muito Bom	Comunicação do reconhecimento do desempenho.
>= 60% e < 100%	B -- Satisfaz	Não é exigido qualquer plano de ação ao Cocontratante.
>= 50% e < 60%	C –Sob observação	O Cocontratante deverá apresentar um plano de melhoria que evidencie a correção das falhas identificadas na prestação do serviço/bem.
<= 50%	D – Não Satisfaz	É suspensa a consulta/convite para propostas de aquisição de bens ou serviços, por um período de um ano. O Cocontratante deverá apresentar um plano de melhoria que evidencie a correção das falhas identificadas na prestação do serviço/bem.

3.2. Após aprovação da avaliação, será comunicado ao Cocontratante, pela área de compras e logística o seu resultado e respetivas consequências.

ANEXO IV

ESPECIFICAÇÕES H2ONLINE

(FICHEIRO DISPONIBILIZADO EM FORMATO PDF)